

A GUERRA DA CPI: Liberação de verbas pelo governo se intensificou às vésperas da entrega do requerimento

Desenvolvimento Urbano liberou R\$ 50 milhões

Verba foi paga neste mês; nos quatro primeiros meses do ano apenas R\$ 16,8 milhões foram liberados

Gustavo Miranda/9-02-2001

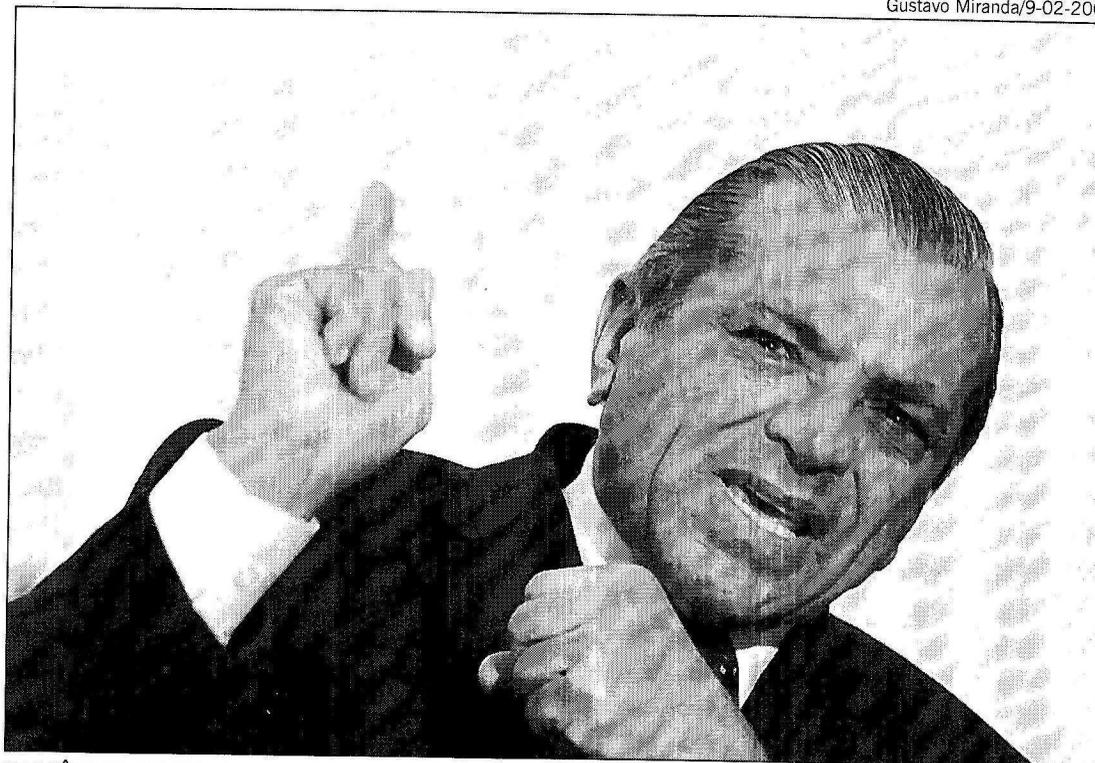
Catia Seabra

• BRASÍLIA. Ao contrário dos argumentos do governo — de que a liberação dos recursos nos últimos dias segue um fluxo contínuo — os números do Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro (Siafi) mostram que o movimento se intensificou às vésperas da entrega do requerimento de instalação da CPI da Corrupção. Subordinada à Presidência da República, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedu), por exemplo, gastou nos quatro primeiros meses do ano, até o fim de abril, R\$ 16,8 milhões no atendimento de emendas. Só nos oito primeiros dias úteis de maio, foram pagos R\$ 50,7 milhões.

Ontem a Sedu liberou R\$ 9,5 milhões para obras de infraestrutura urbana, 19 vezes mais do que total destinado no dia 10 do mês passado: R\$ 496.467,14. Na quarta-feira, 9 de maio, a Sedu desembolsou R\$ 11,1 milhões. No dia 9 de abril, não foi pago um único centavo.

Carlistas também foram atendidos

Nos últimos dias, o governo deu sinais de atenção até aos carlistas. Além da possibilidade de um acordão em defesa do mandato de Antonio Carlos Magalhães, os aliados do senador, que reclamavam de uma retaliação governista, foram contemplados com o atendimento de emendas retidas desde 1999. Para Luiz Moreira (PFL), foram liberados anteaitem R\$ 60 mil para a cidade de



INOCÊNCIO DE Oliveira: o líder do PFL prometia apoio a quem retirasse a assinatura do requerimento

Jequié. Nos últimos três dias, foram atendidas três emendas de Eujácio Simões (PL), num total de R\$ 115 mil. Na terça-feira, duas emendas de Ursicino Queiroz (PFL), que também recebeu um telefonema do ministro da Saúde, José Serra, foram parcialmente liberadas: R\$ 37 mil.

Ontem mesmo, os cinco deputados carlistas que apoiavam a CPI anunciaram a retirada de assinaturas. Além de Moreira, Ursicino e Eujácio, Paulo Magalhães e Ariston Andrade decidiram tirar seus nomes do requerimento.

Ainda no PFL, Paulo Marinho (MA) tirou a assinatura do requerimento. Marido da pre-

feita de Caxias do Maranhão, terceira maior cidade do estado, ele foi convencido por duas mulheres: a mulher Márcia e a governadora Roseana Sarney. As duas lembraram que a manutenção da assinatura represaria a liberação de verbas para a cidade. Marinho está ameaçado de perder o mandato e tem sido preservado graças ao apoio do partido. Ontem, a fatura foi apresentada. Houve promessas de futuros afagos.

— Ele pode ser beneficiado com uma presidência de comissão ou relatoria importante. Vou prestigiar todo mundo que retirar a assinatura do requerimento — disse o líder do

PFL, Inocêncio Oliveira (PE).

As ameaças de retaliação também valeram para Dino Fernandes (PSDB-RJ):

— Tenho um centro olímpico para construir. Preciso das verbas e sei que, se mantiver a assinatura, o governo será implacável — disse o tucano.

No PPB, a desistência de Arnaldo Faria de Sá (SP) é creditada ao ministro Francisco Dornelles. Segundo membros do partido, o deputado foi lembrado que depende do bom relacionamento com o governo para prestar atendimento a pensionistas e aposentados.

A pedido de Pratini de Moraes, Augusto Nardes (PPB-

RS) retirou seu nome da lista e mais quatro deputados do PPB do Rio Grande do Sul que estavam dispostos a assinar o requerimento mudaram de idéia. No PL do Rio, José Egidio decidiu retirar a assinatura alegando que seria substituído pelo titular Eduardo Paes (PTB-RJ). Mas, segundo Alexandre Santos (PSDB-RJ), um dos coordenadores da bancada do Rio, houve um acordo com o Ministério da Saúde para que seus redutos eleitorais sejam atendidos, embora Egidio não tenha apresentado emendas ao orçamento por ser suplente.

Boatos em torno de três peemedebistas

No PTB, era dada como certa a retirada do nome de Josué Bengston (PA), que conversou ontem com o governador Almir Gabriel. No PMDB, havia boatos de retirada dos goianos Euler Moraes, Geovan Freitas e Luiz Bittencourt. Em troca, o comando do PMDB daria a presidência do partido ao senador Maguito Vilela (GO). Procurado ontem por Ovídio de Angelis e pelo governador Joaquim Roriz (DF), Euler negava:

— Se apresentarem um requerimento de retirada de assinatura com meu nome, é falso.

A cúpula do PMDB também contabilizava a exclusão do nome de três deputados de São Paulo: José Índio, José Eduardo Dado e Milton Monti. Mas só seriam confirmados à meia-noite de ontem, depois de fechado o prazo de retirada das assinaturas da CPI. ■